

VEÍCULO: O GLOBO

CATEGORIA: PORTAIS REGIONAIS

TIPO NOTÍCIA: Matéria

DATA DE PUBLICAÇÃO: 14/07/2023

ENFOQUE: NEUTRO

ORIGEM DA PUBLICAÇÃO: Espontânea



O censo da superação

Product: OGlobo PubDate: 14-07-2023 Zone: Nacional Edition: 1

O GLOBO | sexta-feira 14.7.2023

Page: PAGINA C User: Asimon Time: 07-13-2023 21:40 Color: E Opinião | 3

- SEG. Fernando Gabeira Demétrio Magnoli (quinzenal) . Miguel de Almeida (quinzenal) . Edu Lyra (quinzenal). Irapuã Santana (quinzenal) - Washington Olivetto (quinzenal)

- TER Merval Pereira. Carlos Andreazza. QUA Vera Magalhães . Elio Gaspari . Bernardo Mello Franco . Roberto DaMatta (quinzenal) QUI. Merval Pereira. Malu Gaspar

- SEX Vera Magalhães . Flávia Oliveira. Pedro Doria. Bernardo Mello Franco. SÁB. Carlos Alberto Sardenberg Eduardo Affonso . Pablo Ortellado. DOM. Merval Pereira. Dorrit Harazim . Bernardo Mello Franco FLÁVIA OLIVEIRA O blogs.oglobo.globo.com/opiniao flo.colunaGgmail.com Crianças que morrem dijailma de Azevedo Costa enterrou Dijalma de Azevedo Clemente, seu primogênito de 11 anos, ontem, dia em que Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

completou 33 anos. O ECA é tido como marco legal dos direitos humanos de meninas e meninos brasileiros, um conjunto de normas jurídicas para protegê-los. E bemvindo. É importante. É necessário. Mas um arcabouço legal falha miseravelmente quando a política pública de segurança viola de forma recorrente o direito à vida, primeiro e fundamental.

Antes do menino de Maricá, fuzilado de mãos dadas com a mãe, a caminho da escola, Terezinha enterrara Eduardo de Jesus,

aos 10, em 2015; Bruna, Marcos Vinícius da Silva, aos 14, em 2018; Vanessa, Agatha Félix, aos 8, em 2019; Rafaela, João Pedro Matos Pinto, aos 14, em 2020; Ana Lúcia e Renata, as primas Emily Vitória da Silva, aos 4,

e Rebecca Beatriz Rodrigues Santos, aos 7,

no mesmo ano. Foram todos casos emblemáticos a confirmar que o assassinato de crianças no Rio por ferimento à bala não é crime fortuito, mas costumeiro.

Há algo muito errado numa sociedade que naturaliza a morte de crianças, que não se insurge contra o futuro abatido a tiros,

consequência de um modelo de segurança ancorado no confronto, não na inteligência. Ainda ontem, o Instituto Fogo Cruzado informou que neste ano, que acabou de adentrar o segundo semestre, 101 pessoas foram vítimas de bala perdida na Região Metropolitana do Rio. Dos alvejados, 31

morreram, 70 ficaram feridos. Cinco crianças e três adolescentes perderam a vida.

O menino estava de mãos dadas com mãe,

a caminho da escola, quando foi alvejado por um projétil que atravessou seu corpo, perfurou a mochila de uma colega e só parou ao alcançar o carro de um vizinho do conjunto habitacional, em Maricá. Dijalma morreu de uniforme, tal como Marcos Vinícius, atingido durante uma operação da Polícia Civil do Exército no conjunto de favelas da Maré, na capital fluminense.

Famílias e vizinhos de Dijalma acusam policiais militares pelo crime:

— A polícia atirou sem mais nem menos

— disse Adjailma.

A PM informou que “equipes do 12º BPM

(Niterói) realizavam policiamento, quando foram atacadas por criminosos armados”,

nota-padrão nesse tipo de ocorrência. Os agentes levavam microcâmeras nas fardas;

as imagens serão enviadas à Delegacia de Homicídios da região, encarregada do caso.

Tragédias anteriores sugerem que a justiça tarda. E falha. Como escreveu Daniel Sarmiento, advogado e professor de Direito Constitucional na Uerj, em artigo no GLOBO, no início da semana: “A resposta institucional do Estado é pífia. A impunidade impera, absoluta”. O Ministério Público falha na atribuição constitucional de efetuar o controle externo da polícia. É comum que inquéritos referentes a homicídios decorrentes de operações policiais não sejam sequer concluídos. Por isso, não costumam chegar à Justiça. Quando chegam, dificilmente há condenação.

Um ano atrás, o Rio de Janeiro ocupava a quarta posição entre as unidades da Federação com maior número de pessoas mortas pela polícia, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. À frente estavam Amapá,

Sergipe e Goiás. Desde 2020, o Rio está sob restrições impostas pela ADPF das Favelas.

Foi depois da morte do menino João Pedro,

durante uma operação conjunta das polícias Civil e Federal no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, que o STF proibiu ações injustificadas em comunidades durante a pandemia da Covid-19. Além disso, elencou um conjunto de medidas a serem aplicadas pelo governo fluminense, entre as quais um plano de redução de homicídios e instalação de câmeras em viaturas e fardas.

Cinco dias antes de o menino Dijalma se tornar a 15ª criança baleada no Grande Rio em 2023 — duas por mês —, o governador Cláudio Castro celebrava a chegada de 500

fuzis M400 para a Polícia Civil fluminense.

Arma em punho, ele agradeceu ao senador Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente armamentista, pela destinação dos R\$ 3 milhões em emenda orçamentária que permitiram a compra.

Semanas antes, o ministro da Justiça, Flávio Dino, veio ao Rio anunciar R\$ 112 milhões em investimentos para combater a violência no estado. Avisou que o governo federal construirá, em parceria com o local,

duas penitenciárias com mil vagas, das quais 200 de segurança máxima.

Djalma morreu na véspera do aniversário do ECA, a caminho da Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro, pesar adicional na tragédia que sofreu. Antropólogo, historiador, escritor e político, morto em 1997, Darcy foi um ativista da alfabetização das crianças, do acesso à educação, da qualidade universitária. Autor de frases memoráveis, alertou:

— Se nossos governantes não fizerem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios.

PEDRO DORIA [blogs.oglobo.globo.com/opiniaocoluna.pedrodoria.com.br](https://blogs.oglobo.globo.com/opiniaocoluna/pedrodoria.com.br) Um Twitter misturado com TikTok Threads, a nova rede social da Meta que pretende desbancar o Twitter, já é a propriedade digital que mais rápido ganhou usuários na História. Os números bateram recordes: 10 milhões na primeira madrugada, 30

milhões quando completou um dia —100 milhões em cinco dias. O anterior era do ChatGPT. O Threads chegou aos 100 milhões

60 vezes mais rápido. Isso quer dizer que pode ultrapassar os 360 milhões do Twitter em meses. Mas a dúvida importante persiste: suplantará a importância do Twitter no debate público? A primeira semana de vida da rede dá pistas de como a Meta pretende chegar lá. O segredo vem de uma terceira rede. O TikTok.

O Twitter e o Facebook passaram a utilizar algoritmos para nos apresentar posts em 2012.

Até lá, as redes sociais mostravam para nós aquilo que os usuários que seguíamos publicavam em ordem cronológica. Quando começamos a ganhar botões de curtir e repostar veio também a inteligência artificial, que escolhia,

dentre os perfis que seguimos, aqueles que despertariam mais interesse. Funcionou. As redes setornaram parte fundamental do cotidiano de milhões. De bilhões, até, em todo o mundo.

Mas o TikTok não é uma rede social. É uma rede de entretenimento —o que distingue uma da outra é a natureza do algoritmo. O app chinês aprende de que tipo de vídeo gostamos e sai mostrando outros conforme aquele padrão. É preciso nas escolhas. A diferença, pois, está no fato de que ignora as contas que seguimos. O TikTok mostra vídeos de toda parte e não se limita à rede social que construímos na plataforma. Sua preocupação não é reforçar os elos entre seguidores. É mostrar o que entretém. É fazer com que esqueçamos o tempo.

O Instagram aprendeu a regular seu algoritmo seguindo as premissas do TikTok. Na rede americana, porém, o usuário tem mais escolha. Na aba principal, o que aparece continuam sendo as publicações de quem escolhemos. Na aba “Explorar” ou quando entramos em um vídeo curto, porém, aí o sistema chinês assume as rédeas. E obviamente a regulagem do algoritmo de TikTok e Instagram é diferente. No app chinês a gente muito rápido cai em material de gosto duvidoso, com

pegada sensacionalista. No app americano não é assim.

Pois o Threads está mostrando postagens seguindo essa lógica que o Insta aprendeu com o TikTok. A Meta promete que haverá também, e em breve, uma aba onde veremos apenas aquilo de quem seguimos. Mas a rede parece estar apostando que sua inteligência artificial aprenderá com nossos interesses e produzirá uma seleção de textos mais rica.

O Twitter, diga-se, vem tentando tornar mais TikTok também sua rede. E é a prova de que fazer isso não é trivial. Não falta gente se queixando de que a rede anda desinteressante.

Qual o efeito de um algoritmo assim no debate público? Depende justamente dessa calibragem. O que tornou o Threads Twitter uma rede de cancelamento é a lamentação contínua e diária de propriedade, na qual os radicais se sobressaem a moderados, foi mais rápido | em grande parte efeito do ganho de algoritmo. Com o tempo, as usuárias e usuários se treinaram para na História escrever aquilo que ganhava muito alcance: violência. Repulsa a toda forma de dissensão. Dogmatização da política.

Talvez uma rede voltada para texto que comece do zero seja diferente. Uma rede que nos tira das bolhas que nós próprios criamos ao listar quem desejamos seguir. Talvez. Não falta quem esteja manifestando surpresa ao encontrar, numa rede social, algo que anda tão em falta nas outras. Cordialidade.

A verdade é que o histórico da Meta com o Facebook não é promissor. Mas eles conhecem a tecnologia e têm anos de experiência acumulada.

A ARTIGO O Censo da superação CIMAR AZEREDO tem 87 anos, o **IBGE** se consolidou como provedor de dados e referência de informações e transformações no Brasil — e se superou no dia 28 de junho,

no Museu do Amanhã, no Rio, onde iniciou uma jornada histórica de divulgações do **Censo Demográfico**. Os primeiros — e os vindouros — resultados permitem afirmar que seu banco de dados ficou maior, mais rico e mais relevante, a serviço do país. Se o **IBGE** já oferecia visão completa e atual do país, agora a visão ficou mais nítida. O Censo se estabelece como fonte confiável para o conhecimento das condições de vida da população. É o Censo que informa quantos somos, onde vivemos, como vivemos, de que precisamos. Produto do esforço hercúleo de uma legião de recenseadores e servidores.

Pela primeira vez foram capturadas as coordenadas de GPS de todos os domicílios urbanos e rurais. O Censo colocou no mapa idade, o sexo e a cor do Brasil.

Os indígenas, quilombolas e residentes em aglomerados. As classes de renda. O Brasil que sabe ler e escrever (e o que deveria saber). O Brasil que frequenta escola (e o que precisa frequentar). O Brasil que trabalha (e o que quer trabalhar).

O Brasil das casas que têm banheiro, esgoto, água encanada (e onde faltam serviços essenciais). O Brasil que tem fé (e sem religião). E o Brasil das pessoas com deficiência. Também pela primeira vez pessoas diagnosticadas com o espectro autista estarão no mapa.

Tudo isso só foi possível porque a sociedade — em imensa maioria — abriu as portas para o Censo. O **IBGE** agradece às famílias que receberam os recenseadores e supervisores, bem como a todos os servidores que doaram dedicação ao Censo. Também agradece o apoio de vários ministérios, em especial o do Planejamento. Merecem destaque a Comissão Consultiva do Censo e o Grupo de

Trabalho de Especialistas | Alistas. As instituições nacionais e internacionais há ternacionais que os que ganharam franquearam ao insos que perdem, — tituto estímulos mono Censo háo raise confiança mequecrescemeos todológica. E a imque diminuem | prensa, que reportou com crítica e honestidade os muitos desafios — agravados nestes tempos de escassez de recursos e excesso de desinformação.

Podem-se levantar questões pontuais. No entanto não se pode duvidar da operação técnica e tecnológica do Censo. Seria como duvidar das urnas eletrônicas. Não é hora de negacionismo censitário. É preciso entender e aceitar: assim como numa competição há os que ganham e os que perdem, no Censo há os que crescem e os que diminuem.

Não tem como agradar ao mesmo tempo a todos os que perdem ou que mantêm faixano Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Até porque as regras e os parâmetros do FPM não são definidos pelo **IBGE**.

A missão do instituto — verbalizada diariamente com orgulho pelos funcionários — é retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania. Sob o manto deste Censo/Senso de transparência e superação —

pautado em ciência, e não em narrativa — é possível concluir que o **IBGE** honrou sua reputação quase secular.

Com o Censo, ao revelar o verdadeiro tamanho do Brasil, o instituto reafirmao seu próprio tamanho.

A N. da Bernardo Mello Franco voltará a escrever em agosto Cimar Azeredo é presidente substituto do **IBGE**

SEB, Fernando Gabeira, Demétrio Magroli (quincena), Miguel de Almeida (quincena), Edu Lyra (quincena), Irupui Santarém (quincena), Washington Olivetto (quincena) TER, Marival Pereira, Carlos Andreazza, QUA, Vera Magalhães, Eli Gaspari, Bernardo Mello Franco, Roberto Dall'Amato (quincena), QUI, Marival Pereira, Malu Gaspari, SEX, Vera Magalhães, Flávia Oliveira, Pedro Dória, Bernardo Mello Franco, SAB, Carlos Alberto Sarabando, Eduardo Ribeiro, Paulo Ortolano, DOM, Marival Pereira, Dorival Harazin, Bernardo Mello Franco

FLÁVIA OLIVEIRA



blogs.oglobo.globo.com/opiniaoflaviaoliveira@gmail.com



Crianças que morrem

Adjailma de Azevedo Costa enterrou Djalma de Azevedo Clemente, seu primogênito de 11 anos, ontem, dia em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 33 anos. O ECA é tido como marco legal dos direitos humanos de meninas e meninos brasileiros, um conjunto de normas jurídicas para protegê-los. É bem-vindo. É importante. É necessário. Mas um arcabouço legal falha miseravelmente quando a política pública de segurança viola de forma recorrente o direito à vida, primeiro e fundamental.

Antes do menino de Maricá, fuzilado de mãos dadas com a mãe, a caminho da escola, Terezinha enterrara Eduardo de Jesus, aos 10, em 2015; Bruna, Marcos Vinicius da Silva, aos 14, em 2018; Vanessa, Agatha Félix, aos 8, em 2019; Rafaela, João Pedro Matos Pinto, aos 14, em 2020; Ana Lúcia e Renata, as primas Emily Vitória da Silva, aos 4, e Rebecca Beatriz Rodrigues Santos, aos 7, no mesmo ano. Foram todos casos emblemáticos a confirmar que o assassinato de crianças no Rio por ferimento à bala não é crime fortuito, mas costumeiro.

Há algo muito errado numa sociedade que naturaliza a morte de crianças, que não se insurge contra o futuro abatido a tiros, consequência de um modelo de segurança ancorado no confronto, não na inteligência. Ainda ontem, o Instituto Fogo Cruzado informou que neste ano, que acabou de adiantar o segundo semestre, 101 pessoas foram vítimas de bala perdida na Região Metropolitana do Rio. Dos alvejados, 31 morreram, 70 ficaram feridos. Cinco crianças e três adolescentes perderam a vida.

O menino estava de mãos dadas com a mãe, a caminho da escola, quando foi alvejado por um projétil que atravessou o seu corpo, perfurou a mochila de uma colega e só parou ao alcançar o carro de um vizinho do conjunto habitacional, em Maricá. Djalma morreu de uniforme, tal como Marcos Vinicius, atingido durante uma operação da Polícia Civil e do Exército no conjunto de favelas da Maré, na capital fluminense.

Famílias e vizinhos de Djalma acusam policiais atirares pelo crime:

— A polícia atirou sem mais nem menos — disse Adjailma.

A PM informou que “equipes do 12º BPM (Niterói) realizavam policiamento, quando foram atacadas por criminosos armados”,



nota-padrão nesse tipo de ocorrência. Os agentes levavam microcâmeras nas fardas; as imagens serão enviadas à Delegacia de Homicídios da Maré, encarregada do caso.

Tragédias anteriores sugerem que a justiça tarda. E falha. Como escreveu Daniel Sarmento, advogado e professor de Direito Constitucional na Uerj, em artigo no GLOBO, no início da semana: “A resposta institucional do Estado é pífia. A impunidade impera, absoluta”. O Ministério Público falha na atribuição constitucional de efetuar o controle externo da polícia. É comum que inquéritos referentes a homicídios decorrentes de operações policiais não sejam sequer concluídos. Por isso, não costumam chegar à Justiça. Quando chegam, dificilmente há condenação.

Um ano atrás, o Rio de Janeiro ocupava a quarta posição entre as unidades da Federação com maior número de pessoas mortas pela polícia, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A frente estavam Amapá, Sergipe e Goiás. Desde 2020, o Rio está sob restrições impostas pela ADPP das Favelas. Foi depois da morte do menino João Pedro, durante uma operação conjunta das polícias Civil e Federal no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, que o STF proibiu ações injustificadas em comunidades durante a pandemia da Covid-19. Além disso, elencou um conjunto de medidas a serem aplicadas pelo

governo fluminense, entre as quais um plano de redução de homicídios e instalação de câmeras em viaturas e fardas.

Cinco dias antes de o menino Djalma se tornar a 15ª criança baleada no Grande Rio em 2023 — duas por mês — o governador Cláudio Castro celebrava a chegada de 500 fuzis M400 para a Polícia Civil fluminense. Arma em punho, ele agradeceu ao senador Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente armamentista, pela destinação dos R\$ 3 milhões em emenda orçamentária que permitiria a compra.

Semanas antes, o ministro da Justiça, Flávio Dino, veio ao Rio anunciar R\$ 112 milhões em investimentos para combater a violência no estado. Avisou que o governo federal construirá, em parceria com o local, duas penitenciárias com mil vagas, das quais 200 de segurança máxima.

Djalma morreu na véspera do aniversário do ECA, a caminho da Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro, pesar adicional na tragédia que sofreu. Antropólogo, historiador, escritor e político, morto em 1997, Darcy foi um ativista da alfabetização das crianças, do acesso à educação, da qualidade universitária. Autor de frases memoráveis, alertou:

— Se nossos governantes não fizerem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios.



ARTIGO

O Censo da superação

CIMAR AZEREDO



Aos 87 anos, o IBGE se consolidou como provedor de dados e referência de informações e transformações no Brasil — e se superou no dia 28 de junho, no Museu do Amanhã, no Rio, onde iniciou uma jornada histórica de divulgações do Censo Demográfico. Os primeiros — e os vindouros — resultados permitem afirmar que seu banco de dados ficou maior, mais rico e mais relevante, a serviço do país. Se o IBGE já oferecia visão completa e atual do país, agora a visão ficou mais nítida. O Censo se estabelece como fonte confiável para o conhecimento das condições de vida da população. É o Censo que informa quantos somos, onde vivemos, como vivemos, de que precisamos. Produto do esforço hercúleo de uma legião de recenseadores e servidores.

Pela primeira vez foram capturadas as coordenadas de GPS de todos os domicílios urbanos e rurais. O Censo colocou no mapa a idade, o sexo e a cor do Brasil. Os indígenas, quilombolas e residentes em aglomerados. As classes de renda. O Brasil que sabe ler e escrever (e o que deveria saber). O Brasil que frequenta escola (e o que precisa frequentar). O Brasil que trabalha (e o que quer trabalhar). O Brasil das casas que têm banheiro, esgoto, água encanada (e onde faltam serviços essenciais). O Brasil que tem fé (e o sem religião). E o Brasil das pessoas com deficiência. Também pela primeira vez pessoas diagnosticadas com o espectro autista estarão no mapa.

Tudo isso só foi possível porque a sociedade — em imensa maioria — abriu as portas para o Censo. O IBGE agradece as famílias que receberam os recenseadores e supervisores, bem como a todos os servidores que doaram dedicação ao Censo. Também agradece o apoio de vários ministérios, em especial do Planejamento. Merecem destaque a Comissão Consultiva do Censo e o Grupo de Trabalho de Especialistas. As instituições nacionais e internacionais que franquearam ao instituto estímulos morais e confiança metodológica. E a imprensa, que reportou com crítica e honestidade os muitos desafios — agravados nestes tempos de escassez de recursos e excesso de desinformação.

Podem-se levantar questões pontuais. No entanto não se pode duvidar da operação técnica e tecnológica do Censo. Seria como duvidar das urnas eletrônicas. Não é hora de negacionismo censitário. É preciso entender e aceitar: assim como numa competição há os que ganham e os que perdem, no Censo há os que crescem e os que diminuem. Não tem como agradar ao mesmo tempo a todos os que perdem ou que mantêm faixa no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Até porque as regras e os parâmetros do FPM não são definidos pelo IBGE.

A missão do instituto — verbalizada diariamente com orgulho pelos funcionários — é retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania. Sob o manto deste Censo/Senso de transparência e superação — pautado em ciência, e não em narrativa — é possível concluir que o IBGE honrou sua reputação quase secular.

Como no Censo, a revelar o verdadeiro tamanho do Brasil, o instituto reafirma o seu próprio tamanho.

Cimara Azeredo é presidente substituto do IBGE

N. da R.: Bernardo Mello Franco voltará a escrever em agosto

PEDRO DORIA



blogs.oglobo.globo.com/opiniaopedrodoria.com.br



Um Twitter misturado com TikTok

O Threads, a nova rede social da Meta que pretende desbancar o Twitter, já é a propriedade digital que mais rápido ganhou usuários na História. Os números bateram recordes: 10 milhões na primeira madrugada, 30 milhões quando completou um dia — 100 milhões em cinco dias. O anterior era do ChatGPT. O Threads chegou aos 100 milhões 60 vezes mais rápido. Isso quer dizer que pode ultrapassar os 360 milhões do Twitter em meses. Mas a dúvida importante persiste: suplantará a importância do Twitter no debate público? A primeira semana de vida da rede dá pistas de como a Meta pretende chegar lá. O segredo vem de uma terceira rede. O TikTok.

O Twitter e o Facebook passaram a utilizar algoritmos para nos apresentar posts em 2012.

Até lá, as redes sociais mostravam para nós aquilo que os usuários que seguíamos publicavam em ordem cronológica. Quando começamos a ganhar botões de curtir e repostar veio também a inteligência artificial, que escolhia, dentre os perfis que seguimos, aqueles que despertariam mais interesse. Funcionou. As redes setornaram parte fundamental do cotidiano de milhões. De bilhões, até, em todo o mundo.

Mas o TikTok não é uma rede social. É uma rede de entretenimento — o que distingue uma da outra é a natureza do algoritmo. O app chinês aprende de que tipo de vídeo gostamos e sai mostrando outros conforme aquele padrão. É preciso nas escolhas. A diferença, pois, está no fato de que ignora as contas que seguimos. O TikTok mostra vídeos de toda parte e não se limita à rede social que construímos na plataforma. Sua preocupação não é reforçar os elos entre seguidores. É mostrar o que entretém. É fazer com que esqueçamos o tempo.

O Instagram aprendeu a regular seu algoritmo seguindo as premissas do TikTok. Na rede americana, porém, o usuário tem mais escolha. Na aba principal, o que aparece continuam sendo as publicações de quem escolhemos. Na aba “Explorar” ou quando entramos em um vídeo curto, porém, aí o sistema chinês assume as rédeas. E obviamente a regulagem do algoritmo de TikTok e Instagram é diferente. No app chinês a gente muito rápido cai em material de gosto duvidoso, com pegada sensacionalista. No app americano não é assim.

Pois o Threads está mostrando postagens seguindo essa lógica que o Insta aprendeu

com o TikTok. A Meta promete que haverá também, e em breve, uma aba onde veremos apenas aquilo de quem seguimos. Mas a rede parece estar apostando que sua inteligência artificial aprenderá com nossos interesses e produzirá uma seleção de textos mais rica.

O Twitter, diga-se, vem tentando tornar mais o TikTok também a sua rede. É a prova de que fazer isso não é trivial. Não falta gente se queixando de que a rede anda desinteressante.

Qual o efeito de um algoritmo assim no debate público? Depende justamente dessa calibragem. O que tornou o Twitter uma rede de cancelamentos contínuos e diários, na qual os radicais se sobressaem a moderados, foi em grande parte efeito do algoritmo. Com o tempo, as pessoas se treinaram para escrever aquilo que ganhava muito alcance: generalizações, repulsa a toda forma de dissenso. Dogmatização da política.

Talvez uma rede voltada para texto que comece do zero seja diferente. Uma rede que nos tira das bolhas que nós próprios criamos ao listar quem desejamos seguir. Talvez. Não falta quem esteja manifestando surpresa ao encontrar, numa rede social, algo que anda tão em falta nas outras. Cordialidade.

A verdade é que o histórico da Meta com o Facebook não é promissor. Mas eles conhecem a tecnologia e têm anos de experiência acumulada.

Impresso »

https://centralclipping.nyc3.digitaloceanspaces.com/arquivos/cliente/1532/impresso/449379_0.jpeg